movendo a identificação de outros agentes, partícipes, beneficiários, localização de bens e valores e produção de outras provas durante o curso do inquérito civil ou do processo judicial, quando for o caso;

VII - cessação do envolvimento do compromissário com o ato ilícito;

VIII - compromisso de reparação integral do dano sofrido pelo erário, acrescido de correção monetária e juros, além do perdimento de bens e valores obtidos ilicitamente;

IX - previsão de aplicação de duas ou mais medidas sancionatórias, na hipótese de ato previsto no art. 9º, ou uma ou mais medidas em caso de atos previstos nos arts. 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 1992, observados os limites máximos e mínimos legais, sem prejuízo do disposto no inciso anterior;

X - compromisso de transferência não onerosa, em favor da entidade lesada, da propriedade dos bens, direitos e/ou valores que representem vantagem ou proveito direto indireto obtido da infração, quando for o caso;

XI - estabelecimento de multa cominatória para a hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas, nos prazos assumidos;

XII - oferecimento de garantias reais ou fidejussórias para o cumprimento dos compromissos de pagamento da multa civil, do ressarcimento do dano e da transferência de bens, direitos e/ou valores, em conformidade com a extensão do pactuado;

XIII - a previsão de que a eventual resolução, perda do objeto ou rescisão do acordo por responsabilidade do compromissário não implicará a invalidação de quaisquer provas por ele eventualmente fornecida ou dela derivada;

XIV - a independência das cláusulas pactuadas, podendo, no entanto, o órgão do Ministério Público considerar o ajuste totalmente rescindido, na hipótese de anulação judicial de parte do ANPC, quando verificado que as obrigações restantes não atendem ao interesse público;

XV - a possibilidade de o Ministério Público executar as obrigações assumidas, nos termos do art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil (CPC), ao invés de propor a ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, se o interesse público assim o recomendar e na hipótese de descumprimento do acordo;

XVI - especificação, se for o caso, de tantos bens quantos bastem para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas, que permanecerão indisponíveis; e XVII - advertência de que a eficácia do acordo extrajudicial estará condicionada a sua homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). § 1º Na hipótese de acordo parcial ou preliminar, esta circunstância constará expressamente do título ANPC.

§ 2º A definição das sanções e seus patamares será orientada pela natureza e gravidade do ato, o proveito auferido pelo agente, o dano causado, a importância da colaboração e a repercussão e reprovabilidade social da conduta.

§ 3º O ANPC somente poderá ser firmado na hipótese de o interessado não ter rescindido, nos últimos 03 (três) anos, por sua culpa, outro ajustamento de conduta com o Ministério Público, com base nesta Resolução.

§ 4º Como cláusula penal, o ANPC poderá prever, na hipótese de necessidade de ulterior ajuizamento, pelo Ministério Público, de ações judiciais de conhecimento, de natureza executiva ou ambas, envolvendo a mesma parte, mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os respectivos ônus, poderes, facultades e deveres processuais, inclusive no que tange à redistribuição do ônus da prova e custeio de provas periciais, nos termos dos arts. 30, 40, 190 e 373 do CPC. Art. 7º Tendo como parâmetro a extensão do dano, o grau de censura da conduta do compromissário ou ambos e, ainda, visando assegurar a eficácia dos comandos da Lei nº 8.429, de 1992, e o respeito aos princípios que norteiam a administração pública, o ANPC poderá prever, cumulativamente, uma ou mais das seguintes condições:

I - compromisso de pagamento de multa civil, cujo valor avençado não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, e será revertido à pessoa jurídica lesada;

II - compromisso de não contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, respeitados, na fixação dos prazos, os parâmetros previstos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

III - renúncia irrevogável ao cargo da função pública exercida;

IV - compromisso de reparação de danos coletivos, observados, como parâmetros, os efeitos advindos do ato de improbidade administrativa e o grau de censura da conduta do compromissário, atendidos, ainda, o caráter sancionatório e o pedagógico da medida;

V - renúncia ao direito de candidatar-se a cargos públicos eletivos, cujo prazo fixado respeite os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, consignando-se, ainda, no termo respectivo, que a eficácia da referida cláusula sujeitar-se-á à homologação judicial;

VI - compromisso que obrigue o beneficiado a divulgar, pela via de maior alcance social disponível em cada hipótese, os termos da avença e os meios de contato da Ouvidoria do Ministério Público, para que os cidadãos possam acompanhar o efetivo cumprimento do ajuste celebrado;

VII - compromisso de promover alterações na governança da pessoa jurídica investigada que mitiguem o risco da ocorrência de novos atos de improbidade administrativa e estabeleçam parâmetros de monitoramento eficazes dos compromissos firmados na composição, quando se tratar de pessoa jurídica; e

VIII - convenção do desconto mensal na remuneração do compromissário que receba dos cofres públicos ou de instituto de previdência subsídios, vencimentos ou proventos.

§ 1º Na hipótese de avençada a condição prevista no inciso III deste art. 7º, consignar-se-á no respectivo termo cláusula explicitando que o compromissário, de forma irrevogável, requer sua exoneração da respectiva função pública, inclusive ficando autorizado o Ministério Público a encaminhar cópia do ANPC à respectiva

entidade da administração pública direta ou indireta, para efetivação da condição, caso não apresente comprovação de sua exoneração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do referido Termo.

§ 2º Cumulativamente com uma ou mais das condições previstas nos incisos I a V deste art. 7º, também poderão ser avençadas outras obrigações de fazer ou não fazer que se revelem pertinentes ao caso e não sejam defesas em lei, desde que sua liquidez não dependa da atuação de terceiros. § 3º Nos casos de parcelamento do valor destinado ao ressarcimento do dano e da multa civil, a quantidade de parcelas levará em conta o interesse público, a extensão do prejuízo ao erário e a capacidade financeira devidamente comprovada do compromissário, observando, necessariamente, que o termo final para a quitação integral do referido valor não poderá exceder o limite de 180 (cento e oitenta) dias do implemento do prazo prescricional previsto na Lei nº 8.429, de 1992.

§ 4º Os valores decorrentes de astreintes e reparação de dano moral coletivo serão revertidos, preferencialmente, para o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos (FEDDD), instituído pela Lei Complementar Estadual nº 23, de 23 de março de 1994, ou, caso existente, para outro fundo que tenha como escopo específico a proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa.

§ 5º Nas hipóteses do § 4º deste art. 7º, poderá o órgão de execução, excepcional e justificadamente, com a anuência expressa do compromissário, destinar os retro citados valores a projetos de prevenção a atos lesivos ao patrimônio público e à moralidade administrativa ou ao apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção de interesses difusos.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO

Art. 8º A iniciativa para a celebração do ANPC previsto nesta Resolução caberá ao Ministério Público ou ao autor do ato de improbidade administrativa, hipótese em que a proposta poderá ser apresentada isoladamente, por um ou mais investigados, ou conjuntamente, por todos os envolvidos.

§ 1º Quando da celebração do ANPC o compromissário será assistido por advogado ou defensor público, devendo tal ato, sempre que possível, ser registrado por meios audiovisuais.

§ 2º A pessoa jurídica interessada será notificada para, querendo, participar do ANPC.

Art. 9º Celebrado o ANPC, os autos do procedimento preparatório ou inquérito civil em que o mesmo foi firmado serão encaminhados ao CSMP que, com prioridade, verificará sua regularidade, legalidade e pertinência, podendo, respeitado o quórum previsto em seu Regimento Interno, homologar, rejeitar o termo celebrado ou determinar a realização de diligências complementares ou de adequações.

Parágrafo único. Na hipótese de ser verificada pelo CSMP a necessidade de adequação de cláusula prevista no ANPC que implique a modificação do objeto de qualquer das condições assumidas pelo compromissário, a respectiva alteração será devidamente especificada na decisão, inclusive com a indicação dos fundamentos de fato e de direito que a justificam.

Art. 10. Ao apreciar a promoção de arquivamento do procedimento preparatório ou do inquérito civil em que firmado o ANPC, o CSMP tomará uma das seguintes providências:

I - homologará seu arquivamento e, conseqüentemente, o ANPC que o fundamentou;

II - converterá o julgamento em diligências, determinando: a) a coleta de novos elementos, por meio da realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo os autos ao membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento e, no caso de recusa fundamentada, ao Procurador-Geral de Justiça para designação de outro membro para a execução das diligências; e

b) ao órgão de execução que notifique o compromissário para que se manifeste quanto à sua anuência em relação às adequações no ANPC apontadas como imprescindíveis pelo CSMP para a devida homologação, nos termos do parágrafo único do art. 10, inciso I desta Resolução e, em caso positivo, providencie a devida formalização das alterações propostas no respectivo ANPC; III - rejeitará a promoção de arquivamento, deliberando pelo prosseguimento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, indicando os fundamentos de fato e de direito da decisão, adotando as providências relativas à designação, em qualquer hipótese, de outro membro do Ministério Público para atuação.

Art. 11. O acompanhamento do cumprimento das cláusulas do ANPC firmado em inquérito civil ou procedimento preparatório dar-se-á em procedimento administrativo a cargo do órgão de execução que o firmou, na forma e no prazo disciplinados para tramitação daquele procedimento extrajudicial.

Art. 12. Havendo processo judicial em curso, o ANPC será submetido à apreciação judicial.

§ 1º O ANPC será celebrado pelo membro do Ministério Público que atuar perante o juízo em que tramitar o processo, observado o grau de jurisdição.

§ 2º O ANPC poderá ser realizado até mesmo em fase recursal, todavia, não será formalizado após decisão de segunda instância que venha a configurar inelegibilidade, nos termos do art. 19, § 9º da Constituição Federal e art. 1º, inciso I da Lei Complementar nº 64, de 1990.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A qualquer momento que anteceda a celebração do ANPC, a pessoa física ou jurídica proponente poderá desistir da proposta ou o Ministério Público poderá rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta ou sua rejeição:

I - não importará em reconhecimento da prática de ato ilícito investigado, sendo entregue à pessoa física ou jurídica proponente quaisquer documentos apresentados durante o procedimento de pré-acordo;

II - impedirá a utilização das provas fornecidas pelo beneficiário exclusivamente em seu desfavor.

§ 2º A proposta de acordo rejeitada não poderá ser usada para iniciar nova